



PREFEITURA DE LAJINHA

Mensagem de Encaminhamento Nº 0016/2023

Exmº. Sr. Alexandre Damon de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Lajinha

I – FUNDAMENTO LEGAL

Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho nesta oportunidade o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”, em cumprimento ao disposto na LC 101/2000 art. 4º (conteúdo e mensagem), CR/88 art. 165 § 2º (conteúdo do projeto de lei), LC 101/2000 art. 48 § 1º I (audiência pública), CR/88 art. 165. § 9º (prazo de entrega, omissão da LRF), ADCT art. 35 § 2º, II (prazo de entrega), CR/88 art. 57 § 2º (votação) e CR/88 art. 166. § 4º (emendas).

2 – MATÉRIA DA LDO

A Constituição determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve compreender as metas e prioridades da administração pública, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação. Posteriormente, com o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO tornou-se instrumento importante na condução da política fiscal do governo, por meio do estabelecimento das metas fiscais de cada exercício financeiro. Nesse sentido, deverão ser definidos pela LDO os critérios para a limitação de empenho das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), explicitada a margem de expansão das despesas primárias obrigatórias de natureza continuada, bem como avaliados os riscos fiscais.

A LDO trata também do equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses de não cumprimento das metas bimestrais de arrecadação; normas relativas ao controle de custos; normas de avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; metas e prioridades (no texto do projeto de lei ou em anexo específico); orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre as



PREFEITURA DE LAJINHA

alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Este último, quando há fundos municipais voltados para o desenvolvimento econômico.

3 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

A ciência econômica pacifica os seguintes entendimentos:

- A Ciência Econômica é uma ciência social, que estuda o funcionamento da Economia, com base no comportamento racional do ser humano, que possui necessidades para sobreviver. Grupos de pessoas identificam essas necessidades e fabricam produtos e serviços para atendê-las. Os meios de produção buscam a alocação eficiente dos recursos escassos na natureza. Essa racionalidade pode ser encontrada, por exemplo, em um país agrícola como o Brasil, que exporta grãos e importa combustível. Assim, cada país possui riquezas que vende e compra produtos e serviços que não possui.
- O sistema econômico em funcionamento supre as necessidades da humanidade, através da extração dos recursos naturais, transformação e fornecimento, gerando energia, transporte, alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação e todos os recursos ofertados à sociedade atual.
- O sistema econômico em funcionamento demanda mão de obra para construir máquinas e/ou para operar as máquinas, para prestar serviços, para vender a produção. Essa demanda de mão de obra gera renda, que permite que cada trabalhador supra as suas necessidades e mantém o sistema econômico em funcionamento.
- Por essas razões, o sistema capitalista em vigor no planeta é o sistema que sustenta o atendimento das necessidades coletivas em todas as áreas de atuação do ser humano. As desigualdades sociais são decorrentes do desequilíbrio na distribuição da riqueza produzida pela economia, sem desprezar aspectos individuais que não cabe explorar neste ocasião.
- A inflação alta é um aspecto negativo no sistema econômico, pois:
 - A inflação é a perda do poder de compra da moeda. Por isso, a elevação do preço de um produto com a mesma renda do cidadão faz ele consumir menos. Na prática, a cada ida no supermercado, o mesmo dinheiro compra menos.
 - Em larga escala, considerando uma população com baixo poder de compra, a redução do consumo gera uma retração da produção, pois não é vantajoso para a empresa produzir o mesmo tanto de antes para o produto ficar guardado no estoque.
 - A retração da produção em virtude da diminuição da demanda por produtos gera demissões, pois não faz sentido a empresa manter



PREFEITURA DE LAJINHA

funcionários ociosos, que geram custos não acobertados pelo faturamento em queda, o que comprometeria a sobrevivência da empresa.

- As demissões reduzem o poder de compra da população, agravando ainda mais o funcionamento do sistema econômico. É por isso também que a inflação alta, associada à taxa elevada de desemprego prejudica o bom funcionamento do sistema econômico.

Essa breve contextualização da ciência econômica foi útil para explicar que, a partir de 20/03/2020, a humanidade entrou em pânico com a pandemia de COVID19. Preocupados com o fim da humanidade, os governos do mundo inteiro tomaram medidas de combate à pandemia sem a observância plena de todos os aspectos econômicos.

Por óbvio, a ciência econômica apregoa que a paralização de vários setores da economia em todo o mundo repercutiu na falta de produtos. Podemos citar a paralização da indústria de circuitos elétricos, que retraiu a indústria automobilística, que não mais ofertou carros novos. Esse tipo de ocorrência gera a inflação de demanda. Ou seja, no pós pandemia, existia demanda por produtos, mas eles não eram ofertados na economia porque ela foi paralizada. Não havendo oferta de carros novos, mas havendo procura por eles, fato é que o preço do carro usado subiu muito e se mantém alto até os dias atuais.

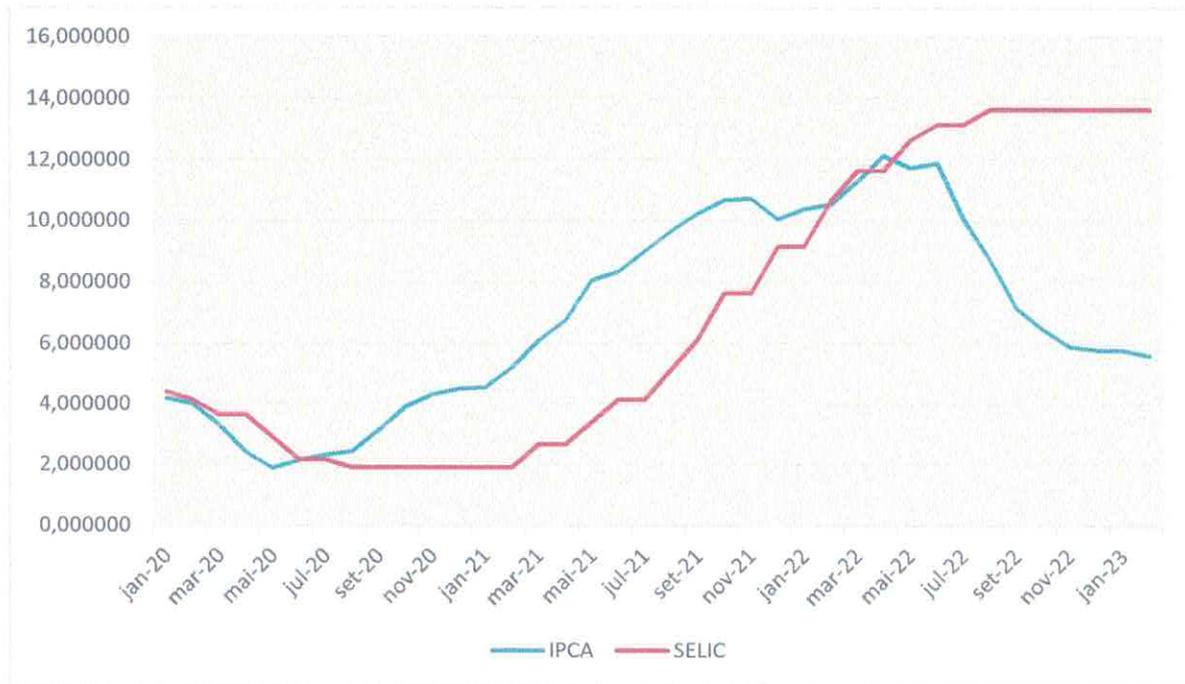
É pacífico que um dos principais dispositivos de conter a inflação é a elevação da taxa básica de juros para diminuir a liquidez do mercado. Isso porque essa elevação da taxa de juros aumenta o custo de obter dinheiro. Na prática, isso quer dizer que se uma pessoa for adquirir roupa à prazo, ela pagará juro alto e por isso, no geral, ela pensa duas vezes antes de comprar. Se o banco deve pagar juros de 13,75% de uma aplicação financeira, para emprestar dinheiro para o cidadão ele deve cobrar juros bem maiores do que este, para auferir renda com o *spread* bancário, que é a diferença entre os juros que cobra e os juros que paga.

O Brasil, através do Banco Central, foi premiado internacionalmente por aplicar esse dispositivo antes de qualquer outro país, enquanto o Banqueiro Central dos Estados Unidos dizia que se tratava de uma inflação sazonal. O tempo mostrou que ele estava enganado.



PREFEITURA DE LAJINHA

Relação entre a inflação, a taxa de juros e os seus efeitos.



A ciência econômica também pacifica que o Governo Central tem um papel preponderante no controle da inflação. Isso porque ele aumenta ou diminui a demanda por produtos e serviços e sendo ele um grande consumidor, afeta diretamente a inflação.

O famigerado teto de gastos do governo é um dispositivo constitucional que limita o aumento dos gastos do governo à taxa de inflação do ano anterior. Porém foi pedido para o Congresso o furo do teto em torno de R\$ 200 bilhões. A fonte de custeio desse furo seria, na prática e segundo especialistas, a impressão de dinheiro pela Casa da Moeda e o aumento da carga tributária.

Em resumo, o Arcabouço Fiscal, com 12 páginas, editado pelo Governo Central à imprensa é o seguinte:

- O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a. Ou seja, quando se diz crescimento real, está se afirmando que é um aumento de despesa acima da inflação.
- Crescimento anual dentro da faixa de crescimento da despesa limitado a 70% da variação da receita. Ou seja, pela perspectiva do equilíbrio fiscal,



PREFEITURA DE LAJINHA

este é um ponto positivo, porque o aumento da despesa está limitado a 70% do aumento da receita. Pela perspectiva da economia, este é um ponto negativo, pois com as perspectivas tímidas de crescimento do PIB, o aumento da receita somente seria possível com o aumento da carga tributária.

- Se os esforços do Governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte. Este é um aspecto positivo, pois se o resultado primário for abaixo da meta, o crescimento da despesa fica limitado a 50%, ao passo que, em situação normal, o aumento poderia ser de 70% do aumento da receita.
- Em teoria, a meta de Resultado Primário seria de:
 - Déficit primário de 0,50% do PIB em 2023;
 - Superávit primário nulo em 2024;
 - Superávit primário de 0,50% do PIB em 2025;
 - Superávit primário de 1% do PIB em 2026.
- Por fim, o Arcabouço Fiscal promete “menos inflação”, em paradoxo com a ciência econômica que apregoa que mais gastos do governo sem contrapartida no desenvolvimento econômico impulsiona a inflação.

No cenário internacional, a situação é crítica. A inflação global pós pandemia faz com que todos os bancos centrais do mundo elevem a taxa básica de juros, que eleva a dívida de pessoas, de empresas e do próprio governo, pois tais dívidas são atreladas à taxa básica de juros. O endividamento aumenta. Grandes empresas sacam seus recursos dos bancos para pagar suas dívidas. Os bancos, com os recursos de terceiros investidos, vendem os seus títulos para gerar liquidez. Tais bancos, como o *Silicon Valley Bank*, vendem títulos do Tesouro Nacional com juros reais negativos e perdem grande soma de dinheiro. Investiram em títulos de longo prazo a 0,25% ao ano e sacam com desconto do título em mais de 5%, que é a taxa básica de juros dos Estados Unidos, repercutindo em bancarrota.

Em contrapartida, com o Tesouro Americano pagando quase 6% de taxa de juros ao ano para conter a inflação por lá, atrelado ao aumento do risco de investir no Brasil, os investidores vendem seus ativos no Brasil e investem no Tesouro Americano. A consequência é a perda de valor de mercado das empresas brasileiras negociadas na Bolsa de Valores em mais de meio trilhão de reais.

São por todas essas razões que muitos especialistas consideram as seguintes premissas macroeconômicas:

PARÂMETROS	2024	2025	2026
PIB real (%)	1,50%	1,80%	1,98%



PREFEITURA DE LAJINHA

PIB nominal (R\$ bilhões)	947,00	964,00	983,00
IPCA acumulado (%)	4,13%	4,00%	4,00%
INPC acumulado (%)	3,57%	3,46%	3,46%
IGP-DI acumulado (%)	3,03%	2,93%	2,93%
Taxa Over - SELIC Média (%)	10,00%	9,00%	8,75%
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,40
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	\$80,50	\$83,72	\$87,07
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.452,00	1.510,08	1.570,48
Massa Salarial Nominal (%)	110,00%	104,00%	104,00%

Fonte: Boletim Focus de 31/03/2023. Investing.com. Portal Brasil índices.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA LDO 2024

Integra o projeto de lei o Anexo de Metas Fiscais, metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício de 2024 e para os dois exercícios seguintes, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifica os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Demonstra ainda uma amostra preambular das previsões de receitas, despesas e evidencia as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Trata, ainda, do resultado nominal, resultado primário, montante da dívida pública, avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios.

A prévia da estimativa da receita levou em consideração a média da receita realizada nos últimos três exercícios, com atualização monetária realizada do período e projetada até os dois exercícios seguintes. Sobre essa média atualizada, aplicou-se o fator de correção, que corresponde à multiplicação entre os seguintes fatores: Perspectiva de crescimento do PIB, Inflação / Previsão / meta de inflação e, por fim, o fator Legislação / crescimento vegetativo, para se encontrar a prévia



PREFEITURA DE LAJINHA

do valor para o ano a que se refere, em consonância com as regras do Manual da Despesa Nacional.

Vale ressaltar que, por ocasião da elaboração da LOA, as variáveis de estimativa da receita podem variar segundo a mudança de cenário político, econômico e até mesmo operacional, aliado às perspectivas de cenários futuros.

Quanto às despesas com pessoal, a meta de comprometimento da Receita Corrente Líquida é a que mais se relaciona com a realidade do Município, observando uma manutenção de arrecadação em relação ao ano em curso.

A Reserva de Contingência foi definida com base nas demandas colacionadas no quadro de riscos fiscais.

Para estabelecer o equilíbrio entre a previsão da receita e a previsão da despesa, o valor das outras despesas correntes é o resultado entre a previsão das receitas e a dedução de todas as outras despesas com os seus critérios próprios de mensuração.

Para efeito de despesas fiscais, são desconsideradas as despesas com juros passivos e amortização da dívida. Os resultados primário e nominal, abaixo da linha e acima da linha estão de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, da última versão.

Os dados da série histórica foram extraídos do SICONFI/RREO e SICONFI RGF, inclusive as previsões do ano em curso.

Os valores constantes equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

Registrando elevada estima e consideração, pedimos aprovação do presente projeto de lei, nos colocando à disposição para dirimir quaisquer dúvidas relativas à matéria submetida.

Lajinha, 26 de Maio de 2023

João Rosendo Ambrósio de Medeiros
Prefeito de Lajinha-MG